

Primeiros Mestres da Antropologia nas Faculdades de Filosofia

THALES DE AZEVEDO

Costumo dizer que sou um excepcional beneficiário das boas amizades: não sei se sou a pessoa boa que Klaas acaba de pintar, mas, em todo caso, tenho podido cultivar amizades muito boas, particularmente, no meio daqueles que me honram com o nome de colega, de maneira que é isso que explica muito do que tenho podido fazer e estar aqui. Quanto a estar presente, não ser histórico no sentido de inteiramente fóssil, sigo um princípio de Osvaldo Cruz: “não esmorecer para não desmerecer”, de modo que, apesar de aposentado e de arcaico, ainda continuo procurando fazer qualquer coisa e não ser de todo imprestável. Se quiser seguir estritamente o padrão brasileiro de conferencista, que, aliás, não é o caso hoje, eu teria que começar com agradecimentos pelo convite da Universidade de Brasília e, também, fazendo uma larga exposição sobre a minha modéstia, mas vou passar um pouco ao lado disso, porque me dispensarão dessa observância e então darei um depoimento extremamente singelo de alguma coisa bastante diferente do que aqui se viu nesses dois dias, ou nesse dia anterior com o Castro Faria, que começou a história da Antropologia no Brasil de uma maneira realmente muito feliz e com aquele depoimento tão pessoal e tão característico de Schaden. O depoimento que posso dar é relativo àqueles professores que foram improvisados com a criação das atuais Faculdades de Filosofia.

Quando se fundam no Brasil, entre os anos 30 e 40, as Faculdades de Filosofia e alguns institutos congêneres com currículos que incluem a Antropologia, a Medicina é um dos campos em que se buscam os primeiros docentes da nova disciplina. Mas isto não é uma regra geral; há exceções que merecem destaque, por isto que influem vigorosamente para orien-

tar o ensino, para a formação dos primeiros antropólogos especializados, não mais tributários de carreiras outras. A Universidade de São Paulo funda o curso de Etnografia e Língua Tupi com o engenheiro Plínio Ayrosa que, a par do estudo das populações indígenas, inaugura o ensino e a pesquisa universitária do tupi. Coincidentemente, nessas buscas lingüísticas, já firmara renome outro engenheiro, o baiano Teodoro Sampaio, antes que no país houvesse lingüistas profissionais de formação universitária. A cadeira de Antropologia, propriamente dita, seria preenchida na Universidade de São Paulo por um etnólogo alemão, Emilio Willems, da mesma maneira que a Escola de Sociologia e Política de São Paulo, a princípio autônoma, depois tornada instituto complementar da U.S.P., abria seu curso com especialistas europeus, o inglês Radcliffe-Brow, um dos futuros teóricos da Antropologia Social, e Claude Lévi-Strauss, de tão relevante papel no desenvolvimento da Antropologia Estrutural.

Ainda em relação à Língua Tupi, na Faculdade de Filosofia da Bahia, criada por Isaias Alves, o ensino inicia-se em 1943, a cargo de Frederico Edelweiss, um homem do comércio, que viria a consagrar-se como historiador, notadamente, em relação à Bahia, e como conhecedor profundo daquele idioma aborígine, autor de obras clássicas, *Tupis e Guaranis* (1947), *O caráter da Segunda Conjugação Tupi* (1958), *Estudos Tupis e tupi-guaranis* (1969) e de anotações sobre glossários de outros especialistas, sobretudo Teodoro Sampaio em *O Tupi na Geografia* (1901). A Universidade do Distrito Federal (Rio), fundada em 1933 por Anísio Teixeira, entrega a cátedra de Antropologia a Gilberto Freyre, graduado em Ciências Sociais por Universidade norte-americana, que começava a projetar-se com *Casa-Grande e Senzala*, e a de Psicologia Social a Arthur Ramos, médico legista egresso da Faculdade de Medicina da Bahia, com trabalhos já de cunho antropológico, enquanto buscava na cultura popular a interpretação de fenômenos de desorganização mental. O Pe. Balduino Rambo S. J., naturalista e geógrafo, leciona a disciplina na Faculdade de Filosofia do Rio Grande do Sul, da mesma maneira que uma das duas cadeiras de Antropologia e Etnografia da Faculdade de Filosofia da Bahia é confiada a Frei Fidelis (Carlos) Ott O. F. M., doutor em Teologia por Universidade alemã. A escolha de teólogos — como se verá a respeito de médicos — justificava-se pela incidência dos estudos filosóficos e teológicos sobre o Homem, numa Antropologia filosófica.

As demais Faculdades, não encontrando facilmente antropólogos ou outros cientista sociais com preparação específica,

fundam suas cátedras com profissionais liberais interessados nas Ciências Humanas — bacharéis, médicos, dentistas, pais inclinados para a História, o Folclore, a Sociologia, a Geografia humana. Na Bahia, alguns anos antes, teria sido possível atrair para aquele ensino um bacharel em Direito e filósofo como Almáchio Diniz, que escrevera e publicara uma *História Racial do Brasil* (1934), obra de cunho filosófico, porém, reveladora de atualizado conhecimento das teorias biológicas de E. Haeckel e das interpretações organicistas da cultura de Comte, Schaffle, Worms, Fausto Cardoso, dado que se propunha, no subtítulo, a explicar “os aspectos culturais do Português no desenvolvimento físico e mental do Brasileiro”, levando em conta, no espírito da época, as outras raças que participaram do processo de formação da civilização no Brasil. Poderia ter sido o bacharel em Direito e historiador Luís Viana Filho, que tomara parte saliente em debates com Pedro Calmon, Wanderley Pinho, sobre influências culturais dos escravos sudaneses na Bahia, que se pode ler na *Revista do Brasil*, e que publicaria, em 1945, *O Negro na Bahia*, um ensaio original sobre as correntes do tráfico negreiro; coube-lhe ministrar a História do Brasil, em que fez nome como biógrafo e historiador político.

Em 1943, entretanto, optou-se por uma solução adotada por diversas outras Faculdades, isto é, pelo recrutamento de seus docentes na classe médica. Isto se explica por duas maneiras: primeiro, era antiga a experiência do ensino, no Museu Nacional particularmente, da Antropologia física e mesmo da Etnologia, da Arqueologia, da Etnolingüística, por médicos; de outro lado, a formação universal dos médicos em Faculdades que haviam sido, até pelo menos os anos 30, centros principais de interesses intelectuais e científicos de amplo espectro, indicava aqueles profissionais para a docência de uma ciência tão abrangente. Havia ainda a circunstância de que, por força de currículos e programas inspirados em arraigadas tradições européias, os médicos eram, no Brasil, professores de História Natural nos níveis secundário e normal e as novas Faculdades se propunham ao ensino da Antropologia, encarada por muitos como Morfologia Humana, capítulo da Zoologia. Mesmo quando surgisse conjugada à Etnografia e a Etnologia, a Antropologia aparecia como campo de interesse e de aptidão, preferencialmente, de médicos e de profissionais da área médica. E como a legislação vigente exigia, para profissionais ligados ao serviço público, “correlação de matérias e de horários” para a acumulação de cargos, as Faculdades, como órgãos públicos, nem só ofereciam uma oportunidade para os

esculápios, como lhes davam certa preferência. Assim, médicos dos Departamentos de Saúde e dos corpos docentes das Faculdades de Medicina, de Odontologia, de Farmácia, foram atraídos a inaugurar -- por meio de concursos ou por nomeação, como fundadores -- as cadeiras em causa.

Não nos propondo a um exame do pensamento e da carreira desses pioneiros, muito menos a uma história do ensino da Antropologia pelos médicos brasileiros, bastam alguns exemplos para substanciar aquela participação no desenvolvimento de uma Antropologia brasileira não improvisada ou, pelo menos, não filiada a outra experiência profissional e científica. De outra maneira, teríamos que analisar a orientação metodológica e teórico-filosófica, a posição ideológica ou doutrinal, a colocação em referência a "escolas" ou correntes de pensamento etnológico, as preferências temáticas de cada um desses antropólogos oriundos da Medicina. Cingimo-nos a um relato que, por sua vez, não se prende a esquemas cronológicos, da atuação de alguns dos mencionados docentes, aqueles a cujo respeito nos foi possível reunir informações.

Os casos mais característicos, no particular, seriam os de médicos que desdobraram seus conhecimentos de Anatomia, de Fisiologia, de Embriologia em estudos e ensino de Antropologia Física, de Antropometria, de Genética humana. Uma atividade docente dessa índole realmente foi exercitada por diversos, especialmente no Museu Nacional. Uma ênfase tal em temas e problemas de Biologia humana foi determinada, por imperativos teóricos e doutrinários de ocasião, em função do interesse pelo conhecimento das raças humanas e das diferenças de características antropofísicas, fisiológicas e psicológicas entre as mesmas. Nem só são bastante conhecidos os exemplos mais conspícuos de tais casos, como é preciso ressaltar que, ao se instalarem os cursos universitários de Ciências humanas e sociais, já a Antropologia chamada Física evoluía de estática e descritiva para uma Paleontologia, uma Antropogênese, que não atraíu senão raros estudiosos no Brasil, ou para uma Genética especializada que tendia a constituir um departamento dos estudos médicos em vista dos problemas objetivos e experimentais que logo se lhe depararam. O interesse é observar que os médicos encarregados do ensino quase nunca se limitaram a programas ditos de Antropologia Física, mesmo quando fossem evolucionistas, ou considerassem válida a explicação de aptidões e comportamentos humanos pelos estágios filogenéticos percorridos pelo *Homo sapiens*. Praticamente, todos se orientaram para o estudo da cultura, da organização social, das instituições, dos sistemas de valores e das

crenças, da etnolingüística de populações tribais e, já numa Antropologia social servida do conceito de estruturas e da sua dialética, de populações urbanas.

Nenhum realizou de modo tão perfeito e completo esse modelo de evolução quanto Arthur Ramos. Ainda médico leigista e psiquiatra em formação, na tese para doutoramento, recorre à Etnologia para explicar a doença mental, já revelando antiga intimidade com a Psicanálise, que dali por diante nele encontra um dos que mais lucidamente a utilizaram na perspectiva de problemas brasileiros. As leituras e o estudo persistente, enquanto estudante, haviam-no aparelhado para elaborar, depois de diplomado e no trato cotidiano com os problemas da Medicina Legal e da Psiquiatria, diversos notáveis trabalhos que logo o projetam nos meios científicos, no país e no exterior. Vários dos artigos que publicara na imprensa leiga de Alagoas e da Bahia versavam temas como o Folclore, a Psicanálise do Carnaval, as Tradições "africo-brasileiras". Nos livros *A Sordície dos Alienados* (1928) e *Estudos de Psicanálise* (1931), nos artigos "Os Horizontes Míticos do Negro da Bahia" (1932), "O Mito de Yemanjá e suas raízes inconscientes" (1932), nas *Notas de Etnologia* (1932), em *O Negro Brasileiro* (Etnografia religiosa e psicanálise, 1934), aproxima-se cada vez mais, da Antropologia e se firma como autoridade excepcional nos dois campos. No Prefácio e Notas a monografia de Nina Rodrigues, publicada sob o título de *Animismo Fetichista dos Negros Baianos* (1935) e numa série numerosa de artigos e conferências sobre aculturação, religião, magia, música e em outros "estudos negro-brasileiros", prepara-se para lançar em 1937 *As Culturas Negras no Novo Mundo* (Antropologia Cultural e Psicologia Social), que repercute fortemente e é traduzido para o inglês, para o espanhol e para o alemão. Nessas obras, destaca o que há de valioso em Nina Rodrigues e lhe reinterpreta os achados, as observações e as explicações, escoimando-os das distorções provocadas pelas doutrinas do evolucionismo arianisante. Exalta, entretanto, a importância e a grande originalidade das descobertas de Nina e as atualiza. O seu campo de interesses intelectuais e científicos não se restringe às questões afro-brasileiras, nem à Psicanálise. Em 1945, submete-se a concurso para catedrático de Antropologia e Etnologia na Faculdade Nacional de Filosofia com a tese *A Organização dual entre os Índios Brasileiros*. Sua bibliografia, composta de incontáveis estudos, já se havia enriquecido com o grande tratado a que denomina recatadamente de *Introdução à Antropologia Brasileira*, cujo volume I, publicado em 1943, dedica à contribuição das culturas não-européias para a gênese

da cultura brasileira; o volume II, editado em 1947, relativo às culturas européias e aos contactos raciais, conclui a síntese mais completa e a resenha bibliográfica mais extensa e minudente que se elaborou no particular. O renome internacional, grangeado pela originalidade de abordagens, pela visão crítico-analítica e pela abrangência de sua obra, nem só faz Arthur Ramos conhecido e acatado mundialmente, como ocasiona o convite da UNESCO para assumir a direção do seu Departamento de Ciências Sociais, em Paris. No exercício desse alto cargo, planeja e inicia a execução, sob a coordenação do antropólogo Alfred Métraux, de uma série de pesquisas sobre relações raciais no Brasil, levadas a efeito no começo dos anos 50, pelos Profs. Charles Wagley, da Columbia University, de New York, e colaboradores e Thales de Azevedo, na Bahia; pelos Profs. Roger Bastide e Florestan Fernandes, em São Paulo; pelo Prof. L. A. Costa Pinto, no Rio de Janeiro e pelo Prof. René Ribeiro, em Pernambuco. Os achados e conclusões de tais observações — as primeiras que se fazem depois da investigação pioneira do sociólogo norte-americano Donald Pierson, na Bahia, apresentadas no livro *The Negro in Brazil (Branços e Pretos na Bahia*, na edição brasileira, 1942) — foram publicados pela UNESCO, umas em Paris, em inglês e francês; outras no Brasil. A exaustão produzida pelo trabalho naquele posto ocasionou o falecimento de Arthur Ramos em Paris, no ano de 1949, abrindo um enorme vazio nas fileiras científicas do Brasil.

Também da Medicina Legal, em que é docente-livre e catedrático em concursos para os quais escreve teses sobre questões de Deontologia e de processos de envelhecimento em seus aspectos médico-legais e jurídicos, depois de formar-se em Medicina com estudo sobre problemas educacionais da Higiene, Osvaldo Rodrigues Cabral vem a ser um fundador de escola na área da Antropologia, em Santa Catarina. Segue orientação criacionista inspirada em Teilhard du Chardin e tem uma atuação marcadamente criativa e estimulante de vocações no exercício da cátedra de Antropologia na Universidade Federal de Santa Catarina. Nesse exercício, cria os Laboratórios de Antropologia Física e de Arqueologia e funda, finalmente, o Instituto e Museu de Antropologia daquela Universidade. É no ensino, na sala de aula, nos gabinetes de trabalho que se destaca, exigente e sério, porém, estimulador dos estudantes, formando alunos, estruturando cursos de pós-graduação, escrevendo notas e apostilas sobre variados temas etnológicos e sociológicos. Sua obra publicada, a revelar o pensamento do antropólogo, estende-se por numerosos títulos — quase cem — nos campos da História regional, do Folclore, da Medicina

popular e mágica, nos quais fixa uma indelével marca pessoal. Em dois livros, principalmente, evidencia-se sua visão antropológica dos problemas brasileiros, *João Maria — Uma interpretação da Campanha do Contestado e Brusque, Subsídios para a História de uma Colônia*. No primeiro, faz a análise sócio-cultural de um movimento messiânico, optando por uma interpretação econômico-política, em contraposição às interpretações religiosas de fenômenos similares, como a que atribuía a de Euclides da Cunha em relação a Canudos; considera o episódio um movimento de desajustados, de marginais, em consequência da formação social do planalto catarinense. Relaciona o caso com o sistema latifundiário, a questão da terra, considerando o fato religioso apenas como fator aglutinante, com o que, já em 1938, se antecipa, de muito, a cientistas sociais que estudam surtos idênticos em Minas, São Paulo, Bahia, nos anos 50. Na outra monografia, em 1960, também incursiona, como um dos primeiros, pelo terreno da problemática historiográfica e antropológica da imigração alemã para o Brasil meridional. Falece em 1978, reconhecido como o principal intérprete da Sociologia Histórica de Santa Catarina. Nas Universidades Federal e Católica do Rio Grande do Sul, o ensino da Antropologia é exercido, em seus períodos iniciais, pelos médicos Salvador Petrucci e Raul di Primio.

René Ribeiro, na Universidade Federal de Pernambuco, reproduziu o modelo de extensão da Psiquiatria à Antropologia Cultural e Social. As duas personalidades intelectuais e profissionais conservam-se, ao mesmo tempo, autônomas e interdependentes, porquanto as aquisições da pesquisa etnográfica lançam luz sobre a patologia mental, enquanto os conceitos e os métodos da Psiquiatria e da Psicologia ajudam a interpretar os fenômenos que, nos cultos afro-brasileiros e mediúnicos, podem parecer de natureza psicopatológica, mas que René Ribeiro contribui, com M. J. Herskovits e alguns poucos, para caracterizar como normais e de natureza cultural. Um exemplo dessa aplicação a problemas etnográficos dos recursos técnicos e metodológicos da Psicologia é o emprego, que pioneiramente faz no Brasil, dos testes de Rohrschac para mostrar a função integrativa da experiência do transe, da possessão, da "descida do santo" nos cultos do Xangô pernambucano. E, sobretudo, para demonstrar a normalidade desses fenômenos. Médico com as preocupações de outros pernambucanos, como Ulisses Pernambucano, pelas relações entre processos mentais e participação em determinadas esferas da cultura popular de procedência africana, completa sua formação em curso de Antropologia na Universidade Northwestern, em Evanston,

Illinois, sob a orientação de Herskovits e traz para a cátedra de Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco uma visão em que se integram os dois elementos explicativos do comportamento e dos desvios de conduta humana. A obra desse especialista cobre, assim, com instrumentos conceituais trazidos de campos correlatos, uma gama variada de temas, sem deixar de ser acentuadamente homogênea e coerente. Conceituado internacionalmente por seus estudos de transe religioso afro-brasileiro, Ribeiro, continuando psiquiatra clínico e diretor de hospital, distingue-se por estudos da integração do negro na sociedade nacional, das estruturas de apoio que conduzem este processo, das relações raciais na esfera de diferentes cultos e organizações religiosas e, particularmente, pelas indagações de campo, estendidas por muito mais de vinte anos de metódica e sistemática observação e reflexão, no campo da religiosidade afro-espírita-católica. O antropólogo Roberto Motta, prefaciando, em 1978, a 2.^a edição do livro *Cultos Afro-Brasileiros do Recife* (1.^a ed., 1952), atribui a Ribeiro a primeira descrição etnográfica — a primeira e, até agora, única — que se prende, detalhadamente, a organização e às atividades internas do Xangô do Recife, diferente de outros cultos de influência africana existentes noutras partes do Brasil; em segundo lugar, a ênfase atribuída aos cultos como resultado de um processo (Herskovitsiano) de aculturação, através do qual, passando por foco cultural, reinterpretação, sincretismo, etc., chega-se, finalmente, aos referidos cultos como uma das alternativas culturais (se não a principal de todas elas) que, na sua área geográfica, são funcionais ao ajustamento psicológico intracultural do indivíduo. Foi ele, afirma o mesmo comentador, também o primeiro a perceber a importância das técnicas divinatórias dentro da ideologia e do funcionamento ritual daquelas regiões, de tal maneira que seu treinamento psiquiátrico e seus estudos antropológicos formais convergiram para orientar o seu interesse de pesquisador para os problemas do ajustamento sócio-cultural do indivíduo.

Na Universidade do Paraná, José Loureiro Fernandes, a par de urólogo e cirurgião diplomado no Rio de Janeiro e especializado em cursos na Europa e de docente daquelas disciplinas na Faculdade de Medicina de Curitiba, em 1940, é o primeiro catedrático de Antropologia e Etnologia geral e do Brasil, cargo que vem a exercer igualmente na Universidade Católica. Sua carreira orientava-se de há muito para o terreno das Ciências Sociais e Culturais: em 1936, assume a direção do Museu Paranaense, que dinamiza intensamente e, em 1963, passa a dedicar-se à montagem do Museu de Arqueologia e Artes Popu-

lares, em Paranaguá, que administra até 1976. Nesses cargos e noutros que ocupou como político e investigador, Loureiro Fernandes destaca-se no estudo de problemas de Folclore, de História e Biografia e, especialmente, de Arqueologia, que prestigia e desenvolve, animando e orientando pesquisadores locais e trazendo especialistas estrangeiros a seu Estado. Seguindo um roteiro comum a outros médicos, interessa-se e publica, a princípio, sobre questões de hematologia étnica e de antropometria de índios brasileiros e vem a explorar *sambaquis* da costa e jazidas arqueológicas do planalto paranaense, dando a tais trabalhos um desenvolvimento acentuado. São contribuições suas, de relevante importância, os estudos etnográficos de índios caingangue de Palmas e dos xetá da Serra dos Dourados, grupo humano desaparecido muitos decênios antes, que encontra e estuda do ponto de vista sócio-cultural e que documenta, pioneiramente, como fizera com outros temas, em excelente filme etnográfico. Criou os *Arquivos do Museu Paranaense* e a *Revista do Centro de Arqueologia*, foi membro-fundador e participante do Conselho Científico da Associação Brasileira de Antropologia, em diversas de cujas Reuniões tomou parte e apresentou comunicações, bem como teve idêntica atuação no XXXI Congresso Internacional de Americanistas, reunido em São Paulo. Faleceu em 1977, deixando seu nome em publicações no país e no exterior.

A cátedra de Antropologia na Universidade Federal do Pará é também inaugurada pelo médico Armando Bordalo da Silva, que se dedica a Biotipologia e a Educação Física e empreende pesquisas, naquele cargo e no de pesquisador do Museu Paraense "Emílio Goeldi", em Arqueologia, Folclore, Problemas Bio-Sociais (Alimentação) e Estudos Regionais, alcançando, entre outras distinções, o Prêmio José Boiteux por sua monografia sobre a costa oriental do Pará.

A esta lista podem crescer-se vários outros nomes e casos de estudiosos e profissionais das áreas de Biologia e Medicina que se encaminharam para a Antropologia, em virtude da convergência dessas ciências e tiveram participação no ensino da última. Em Alagoas, Theo (Teotônio) Brandão, farmacêutico e médico pela Bahia, tem uma influência acentuada no exercício da cátedra de Antropologia, focalizando sua atenção, suas extensas pesquisas, suas publicações em problemas do Folclore, da Linguagem, dos costumes de seu Estado e da larga área do Nordeste. De suas coleções origina-se o Museu Theo Brandão, dedicado pela Universidade Federal de Alagoas à cultura, ao homem, ao artesanato, à arte popular. O Instituto de Antropologia, que precede o Departamento de Antropologia

da Universidade Federal do Ceará, tem como primeiro docente Florival Seraine, que dedica seu interesse de médico às questões de saúde e de antropometria e estende seus trabalhos à cultura e, particularmente, aos problemas dialetológicos e lingüísticos, que publica no país e no exterior. No mesmo Instituto, a Arqueologia vem a ser lecionada pelo médico Carlos Studart Filho, que atua intensamente no ensino da Geografia e da História e publica numerosos estudos de natureza etnográfica, arqueológica e sociológica sobre o Ceará e a Amazônia. Sua monografia *Os Aborígenes do Ceará*, de 1965, é laureada pela Universidade Federal do Ceará com o Prêmio Gustavo Barroso. Na Escola de Sociologia e Política, que funcionou por alguns anos na Bahia, no decênio de 50, o curso de Antropologia esteve a cargo do médico Raimundo Nonato de Almeida Gouveia, autor de vários livros sobre Sociologia da Medicina, particularmente referentes ao exercício da Medicina, aos problemas da maternidade e da infância, a história social da nossa profissão; ao mesmo tempo, um estudioso e crítico das letras com obras sobre Castro Alves, Afrânio Peixoto, Pethion de Vilar, Francisco Mangabeira.

Em Sergipe, inicia-se o ensino da Antropologia com Felte Bezerra, dentista, com curso médico até o 4.º ano, que investiga, do ângulo antro-po-sociológico, crenças, magia, elementos simbólicos, festas religiosas, cultos de xangô e, com o livro *Etnias Sergipanas*, se habilita a cátedra de Antropologia na Faculdade Católica de Filosofia de Aracaju que, incorporada à Universidade Federal de Sergipe dá origem ao Instituto de Ciências Sociais; é autor da obra *Antropologia Sócio-cultural*, único tratado da disciplina publicado no Brasil.

É possível que outros exemplos hajam ocorrido, dos quais nos falta notícia. O que releva registrar, concluindo, é que todos, ou quase todos, os médicos aqui relacionados, além de continuarem a exercer a Medicina como clínicos, como professores, como funcionários de serviços médicos e sanitários, enquanto se dedicavam à Antropologia, trouxeram da Medicina os instrumentos teóricos e conceituais, os conhecimentos de Anatomia, de Embriologia, de Fisiologia que lhes permitiram, umas vezes através de cursos e estudos sistemáticos, a maioria das vezes, de modo autodidático, ordenado e consciencioso, sempre, enveredar pela problemática da Antropologia física e cultural ou social. E, dessa maneira, contribuíram para o desenvolvimento da hodierna Antropologia brasileira, seja aquela voltada para a Genética humana e étnica, a Paleontologia e a Antropogênese, seja para as questões genericamente rotuladas de Culturais e Sociais.

Quando organizou a Faculdade de Filosofia da Bahia, o Prof. Isaias Alves teve um pequeno círculo de pessoas que o ajudaram na seleção de professores; não sei, realmente, confesso, porque convidado. Há uma pequena explicação no fato de que, estudante ainda de medicina em 1927, eu havia dado algumas mostras de interesse pela etnologia. Quando terminei meu curso secundário, fui trabalhar no comércio, como auxiliar pessoal, direto, de Frederico Edelweiss. Ele, então, me ajudou e orientou e tive a curiosidade de ler alguma coisa sobre medicina dos nossos índios, ainda sem um esquema teórico ou quadro em que colocasse o material que buscava; era a curiosidade pela maneira como os índios diagnosticavam a doença, como a viam e tratavam. Isto deu lugar a que me afoitasse a fazer uma pequena palestra no Círculo Católico de Estudos da Mocidade Acadêmica, que era dirigido por um jesuíta português extraordinariamente inteligente e teve forte influência na Bahia, inclusive em Anísio Teixeira, o Padre Luis Gonzaga Cabral. Nessa conferência, tive o privilégio de ser ouvido por Teodoro Sampaio que, no mês seguinte, talvez motivado por esse tema, falou na mesma associação, sobre toponímia indígena e brasileira; eu tinha também escrito um artigozinho sobre uma coleção lítica de um médico baiano que trabalhou no Rio São Francisco, a qual estava à venda e, anos depois, quando eu fui diretor da Faculdade de Filosofia, tive ocasião de comprar, coleção que deve estar entre o material de um arqueólogo que trabalhou na Universidade Federal da Bahia vários anos, infelizmente falecido há pouco, Valentin Calderón. Não sei se por essa razão fui chamado para ensinar a antropologia como disciplina prevista no currículo da Faculdade, junto com etnografia geral e do Brasil, para as quais foi convidado o franciscano, Frei Fidelis Ott, acredito que pelo interesse que tinha por problemas de tecnologia de pescaria artesanal em São Francisco do Conde, onde os Franciscanos tinham uma obra assistencial e um convento; trabalhava, também, em tipologia de material arqueológico indígena brasileiro. O Dr. Isaias Alves criou, também, uma cadeira, não de etnografia do Brasil e língua Tupi, porém separada de língua Tupi e, sabendo que Frederico Edelweiss tinha esse interesse, o convidou para tal cadeira; ele dedicou-se intensamente a esse trabalho, publicou, como disse, três livros a esse respeito e vários artigos; teve discussões com algumas pessoas, inclusive com Plínio Ayrosa, Câmara Cascudo e outras.

Todas as pessoas que mencionei tiveram a necessidade, e foi o meu caso e o caso, suponho, de outras, de criar e imaginar o que fazer. Não sei que recursos o Prof. Ott tinha no con-

vento; depois que deixou a vida religiosa, continuou a ensinar na Faculdade e eu, da minha parte, fazendo uma tentativa de dar conta do meu trabalho, primeiro lutando com a falta completa de biblioteca e de quem me ajudasse, me orientasse, me guiasse no trabalho que deveria fazer. Creio que aquelas escolas de médicos obedeceram a velha idéia de que antropologia era antropologia somática, que se chegou a chamar de zoológica: Castro Faria, no trabalho sobre as exposições do Museu Nacional, quando analisa a organização deste, nas suas fases e na criação das várias seções, deixa bem claro que a antropologia era conceituada como antropologia somática, ou mesmo zoológica, inclusive colocada junto com a zoologia propriamente dita; lá esteve, por exemplo, o Prof. Fróes da Fonseca, que fazia anatomia comparada na Faculdade de Medicina do Rio; tinha feito concurso de anatomia na Bahia, depois foi para o Rio de Janeiro e fazia, sobretudo, anatomia comparada; quanto a mim, era médico jovem e tinha da antropologia essa noção. Isso explica porque, no início, o maior interesse meu foi na Faculdade por questões de raças, de origem do homem e antropometria, mas com uma dificuldade extrema de quem me dissesse como deveria trabalhar, sobretudo, no tocante à cultura. A verdade é que não tivemos na Bahia o privilégio de orientadores que teve São Paulo e, de alguma maneira, o Rio de Janeiro, quando Anísio Teixeira criou a sua Universidade com Gilberto Freyre e Arthur Ramos; este havia começado na Bahia, como vimos, também médico e médico legista no Instituto Nina Rodrigues, porém, para escrever sobre a sordície dos alienados se inclinou para a antropologia cultural e depois para a psicanálise. Mas não havia da minha parte essa facilidade e acredito que o mesmo experimentava a maior parte dos colegas vindos da medicina e de outros campos e, entre estes, há um nome que não deveríamos esquecer e aqui foi mencionado ontem, é o de Manuel Diégues que vinha do campo do direito em Alagoas e é uma das pessoas a quem a antropologia deve no Brasil muito e continua atuando no Rio de Janeiro. Mas tive relativa facilidade de mandar vir livros, fui também um dos leitores de Montandon, inclusive ganhei um exemplar de Herbert Parente Fortes, pessoa muito inteligente que encheu o livro de notas e sublinhou muita coisa, de modo que assim fiz minha iniciação na antropologia cultural; em seguida, esforcei-me por conseguir livros de Herskovits, que tinha estado na Bahia, de Kroeber e alguns outros e, mais adiante, os manuais de Beals e Hojer e outros autores, inclusive Linton, tudo facilitado pela leitura do inglês e pelo cuidado em não desmerecer, inteiramente, do que estava fazendo, nem fraudar os meus

alunos, coisa que sempre tive a preocupação de não fazer, nem faltar às aulas ou chegar atrasado, nem dar uma aula que fosse inteiramente inútil. Inclusive escandalizei alguns colegas antigos, senhores muito respeitáveis, pelo fato de que levava notas e consultava essas notas enquanto dava aulas; houve mesmo quem achasse isto uma coisa inominável, indigna de um professor. Dizia: não, a aula tem que ser dada pelo saber que a pessoa tem, não precisando mostrar notas nem esquemas nem coisa nenhuma.

Então, essa dificuldade creio que muitos tiveram que vencer e foi um dos óbices maiores ao trabalho, inclusive ao trabalho de formação teórica; não quero julgar ninguém mas, da minha parte, posso confessar que essa é uma das minhas deficiências: nunca pude me aprofundar de maneira sistemática, teoricamente, porque não tinha uma ordenação de quem me pusesse num caminho e me dissesse que aqui se pensa desse modo, de determinada corrente de pensamento e determinada metodologia. Uma outra dificuldade no trabalho era o isolamento das pessoas, isolamento entre as Faculdades, isolamento dentro das Faculdades. O caso da Bahia é muito particular; a Bahia, mesmo geograficamente, está muito longe do Recife, muito longe de Belo Horizonte e muito longe do Rio de Janeiro e, então, ainda mais difícil era viajar e encontrar outras pessoas; independente disto, não havia um meio de encontrar as pessoas que trabalhavam no mesmo terreno. Dentro das Faculdades, é preciso registrar isto, também não havia intercâmbio entre os professores; não havia inicialmente departamentos, mas cursos, como que se chamava o de geografia e história; somente depois se criou o de ciências sociais. Tive sempre muito boas relações com os colegas, porém, nunca consegui conversar com os mesmos sobre o que ensinavam e o que eu ensinava para ver se chegávamos a qualquer entendimento. Não houve maneira.

Compreenda-se que, na maioria das outras disciplinas, o ensino era também muito livresco, muito pouco de experiência pessoal dos professores; isso, também, foi um outro óbice que todos tivemos que vencer. Para mim, foi essa uma das dificuldades. Uma outra foi o exercício em tempo mais que parcial; não era bem o meu caso, porque tinha bastante tempo para as aulas e o estudo: deixei a medicina, não tinha grande coisa a fazer na medicina, embora fosse médico do Departamento de Saúde trabalhando um pouco mais na parte educacional e administrativa do que, propriamente, na parte médica clínica. Mas outros eram médicos clínicos, eram operadores, eram médicos legistas, não sei como distribuía seu tempo; certamente, de-

veriam dar a maior dedicação ao trabalho, mas não tinham uma ocupação contínua, permanente no ensino da antropologia e isso aí me parece que deve ter sido um dos elementos que contribuíram para a natureza do trabalho realizado; estou falando de médicos, mas também pessoas de outros campos ensinavam em nível secundário e tinham outros tipos de interesses. Aqui foi mencionado o caso de Frederico Edelweiss, um homem muito estudioso, muito bem organizado, mas que era diretor do Departamento Comercial do Instituto do Cacau, onde teve uma atuação muito boa e tinha biblioteca dentro de sua própria casa, de maneira que isto o ajudava, além do que, dominava as línguas alemã, inglesa, francesa. Também essa questão de língua me parece que foi outra coisa que deve ter influído, porque, embora eu e os de minha geração tivéssemos tido uma formação que permitiu aprender, razoavelmente, ao menos o francês, eu havia estudado medicina num tempo em que os livros eram todos, sem exceção, em francês; na firma exportadora em que trabalhara e em resultado, também, do ensino que tinha recebido no colégio, o inglês se tornara relativamente fácil para mim. Então, não houve dificuldade nesse particular; o alemão estudei bastante, também, por aquela altura, mas não cultivei, de modo que só me serviu um pouquinho, ajudado, muito ajudado pelo Frederico Edelweiss nessa colheita de dados relativos à medicina e algumas outras coisas das nossas populações indígenas.

Outra coisa que me parece que caracterizou aquele grupo foi a questão da experiência pessoal de investigação no campo da antropologia, razão por que pouca pesquisa de campo, propriamente, deve ter sido realizada; me parece que foi realizada, sobretudo, em relação a folclore, mas não a qualquer outro tema, muito menos, a respeito de índios, porque um médico que estivesse exercendo a clínica, ou um advogado, não podia ir para uma tribo indígena, além das atitudes relativas a isso, pois um doutor engravatado não iria, facilmente, para dentro de uma tribo, nem saberia como se relacionar com um grupo de índios; o mesmo, em relação a outros temas que pudessem ser investigados em outras esferas, a não ser o folclore e nisto é que muito se distinguiram. Não me interessei por esse campo, inclusive, porque tive aí um desentendimento com os folcloristas, quando houve um congresso de folclore em Salvador e pedi que me dissessem o que era folclore, porque não estava entendendo bem como eles colocavam o problema; em consequência, me encarregaram de eu dizer o que pensava a respeito; escrevi um trabalho que foi publicado na revista *Sociologia*, em que eu subordinava o folclore à antropologia e isso não agra-

dou aos folcloristas. Além do mais, não tinha interesse pessoal nesse terreno, daí que estes primeiros professores tiveram um trabalho muito indiferenciado; eu não acredito, até onde sei, que algum deles se tenha concentrado num tema ou numa área de estudo e prosseguisse dentro desse caminho durante toda a sua vida, ou durante um período longo; porém, andaram variando muito, inclusive fazendo trabalhos historiográficos, trabalho de antropologia física, algo de antropologia cultural e coisas relacionadas com toda essa matéria. Parece-me que, no levantamento que conviria fazer de uma parte desses trabalhos, daqueles que contribuíram, realmente, verificar-se-ia que temas interessaram a eles, sobretudo, por uma coisa que me parece de certa importância: eles foram como que testemunhas e informantes da própria cultura brasileira; em muitos casos devem ter fornecido, nos seus trabalhos, dados da sua própria experiência como participantes da cultura nas áreas, nas regiões do Brasil em que viviam; confesso que alguma coisa que fiz sobre relações raciais, por exemplo, embora houvesse feito trabalho de campo e pesquisa, dei muito do que sentia, do que vivia do meu meio, de modo que, nesse particular, devo ser muito baiano para quem me lê e refletir muito do que certa corrente de pessoas da Bahia sente e experimenta, embora com alguns dados de pesquisa de campo; a mesma coisa quando escrevi *Namoro à antiga*, que é um trabalhinho de edição muito limitada, mas que me tem interessado muito e em que continuo trabalhando, não porque tivesse namorado muito, mas porque vivi e observava na minha época e isso me interessou; li e continuo lendo um pouco e, assim, noutras coisas. Acredito que em relação a folclore também essas pessoas trabalharam muito nesse sentido, como testemunhas privilegiadas, observadores participantes informais e não sistemáticos, mas, de certo crédito porque eram pessoas de uma educação apurada e, de certa maneira, tinham condições de observar e dar o seu testemunho, as suas versões dos fatos e as suas interpretações. Me parece que esse também seria um aspecto a apreciar numa avaliação do trabalho feito por essas pessoas. Outra coisa era, ainda a respeito de isolamento, e estou me referindo, particularmente, ao meu caso, que nós não recebíamos, nos primeiros anos, visitantes, fossem de outra parte do Brasil, fossem do exterior, que trouxessem contribuições, que ajudassem e orientassem, de alguma maneira, aqueles professores. Essas condições deveriam ser, aproximadamente, as mesmas nos outros Estados. De modo que, por essa dificuldade, faltaram o estímulo, as sugestões e as indicações de pessoas que viessem de fora melhor preparadas e melhor

orientadas que pudessem nos ajudar. No meu caso fui muito favorecido por várias pequenas circunstâncias: em 1940, aquela convivência na biblioteca de Frederico Edelweiss, onde tinha muita coisa que olhar e que ver; isso me ajudou bastante: ele me chamava a atenção para uma coisa e para outra, embora eu nunca me inclinasse pela lingüística, que sempre me pareceu terreno muito difícil; não me afoitei por aí, mas me casara com uma baiana nascida no Rio Grande do Sul e tinha, a respeito desse Estado os preconceitos que têm ainda Afonso Arinos que, há muito poucos anos, se referiu ao fato de que os gaúchos não são bem brasileiros; eu também tinha essa impressão. Em dezembro de 40, fui a primeira vez ao Rio Grande, onde a minha senhora tinha irmãs e tios baianos que tinham ido para lá, mas eu levava aquela idéia de que era uma terra meio alemã, meio espanhola; saímos do Rio num *Ita*, um navio da Costeira, passamos em Santos, que eu conhecia, depois Paranaguá que tinha uns restos de arquitetura colonial portuguesa; não estranhei, era bem brasileira. Vi, a seguir, Florianópolis, uma cidade de sobradinhos do século 19, muito brasileira, agora com algumas fachadas alemãs; aí já fui vendo alguma diferença. Depois, chegamos à cidade do Rio Grande: o navio não atracou, mas ficou muito perto do cais e, no dia seguinte de manhã, a primeira coisa que ouvi foi um bem-te-vi. Pensei comigo: bom, então estou no Brasil. Desembarquei em Rio Grande, em Pelotas e vi duas cidades brasileiras, porém brasileiras diferentes, cidades que, a gente, vindo da Argentina e do Uruguai, vê que são brasileiras, mas quando vai daqui para lá, relaciona um pouco com a cultura gaúcha platina. Isso me deu uma certa curiosidade: tive oportunidade de viajar um pouco pelo Rio Grande do Sul e vi aquela diversidade de influências culturais que o Estado recebeu e esbocei algumas notinhas; quando se fundou a Faculdade de Filosofia da Bahia, antes que começasse a funcionar, se fizeram umas palestras e fui convidado a fazer uma destas e deu isso um trabalhinho em que já falava em áreas culturais e até esbocei subáreas culturais do Rio Grande; assim, publiquei meu primeiro livro, *Gaúchos*. Mas este trabalho me interessou, para pesquisa que, mais adiante, uns quinze anos depois, vim a fazer sobre a assimilação dos imigrantes italianos.

Com Anísio Teixeira tive duas oportunidades que me ajudaram no ensino: fui assistente de Anísio quando ele era secretário de educação e tinha sido, não contemporâneo da mesma série, porém seu companheiro no colégio Antônio Vieira, quando nos tornamos amigos pessoais. Uma vez me encarregou de pesquisa sobre uma escola pública de bairro popular em

Salvador, trabalho muito interessante, de três semanas, com cinco ou seis estudantes da Faculdade, sobre como funcionava a escola que servia à comunidade. Porém, a experiência mais interessante foi a seguinte: Anísio, quando secretário de educação, imaginou na Bahia fazer uma pesquisa social que servisse de base para trabalhos de educação, de saúde, de administração. Procurou interessar nisso o professor Donald Pierson, mas Pierson já estava em entendimentos com a Comissão do Vale do São Francisco para aquela grande pesquisa que deu nos conhecidos e excelentes três volumes, além do trabalho de alguns dos seus discípulos, como Fernando Altenfelder Silva, Trujillo Ferrari, Kalervo Oberg, Candido Procópio e outros. Optou Anísio por convidar Charles Wagley, que eu já tinha tido ocasião de encontrar, muito rapidamente, no Rio de Janeiro, para dirigir esse que foi o Programa de Pesquisas Sociais Estado da Bahia — Columbia University. Faz-se um convênio entre a Secretaria de Educação da Bahia e o Departamento de Antropologia de Columbia. Wagley veio com três estudantes do curso de doutorado daquela universidade para iniciar um programa cujo projeto inicial organizara, ainda nos Estados Unidos, com Eduardo Galvão, então seu aluno. Chegando à Bahia, teve reuniões com historiadores e gente interessada em coisas dessa natureza, como Wanderley Pinho, Nestor Duarte e outros; eu fiquei junto com ele como co-diretor desse programa. Anísio nos deu amplíssima liberdade de atuação e recursos que eram suficientes na ocasião e eles traziam da Columbia algum material da Fundação Viking, como máquinas fotográficas, datilográficas, etc. Então, o plano foi de fazer estudos de comunidades, comparando comunidades da mesma base ecológica e mesma história econômica e demográfica, uma que estivesse dinâmica, progressista e uma outra que estivesse estagnada. Assim viajamos muito pelo interior à procura desses lugares e fixamos os locais onde devíamos trabalhar. Essa pesquisa se desenvolveu com a residência dos investigadores por cerca de um ano e meio, com seminários repetidos para avaliar o trabalho que se ia fazendo, com relatórios, também temporários, a respeito dos dados reunidos e outros encontros. O programa foi empreendido com os estudantes americanos, candidatos ao doutoramento, e com estudantes brasileiros, dois que vieram do Rio de Janeiro e alguns da Bahia, alguns dos quais prosseguiram na antropologia. Isto foi uma coisa que não podia deixar de ter influência em mim e daí que entendi certos problemas e me voltei um pouco mais para a antropologia urbana e, digamos assim, da sociedade moderna. Eu também tinha tido um outro privilégio, destes inexplicáveis, de ser a pessoa que fez um

breve comentário na entrega dum título universitário ao Prof. Herskovits. Ele fez na Faculdade, naquela série de palestras de 1942, uma conferência que foi publicada pelo Museu do Estado sobre as suas pesquisas e tive a incumbência de entregar o título de Professor honorário, não a ele, porque já tinha viajado, mas ao cônsul norte-americano. Depois fiz uma viagem aos Estados Unidos, onde visitei diversas universidades e fiz um estágio na Columbia, no Departamento de Andropologia. Nos anos cinqüenta consegui, apesar das minhas obrigações no Departamento de Saúde, uma tolerância para ficar no Rio Grande uns meses para pesquisa de campo em Caxias do Sul, Garibaldi e toda área colonial italiana. Com material que reuni durante esse período, depois em duas outras viagens, organizei, de uma forma de certo modo conveniente, os dados que pude aproveitar em 1974 para o livro *Italianos e Gaúchos*. Essa foi uma experiência que me ajudou bastante para o ensino.

Ocupei-me de minha experiência por parecer que terá sido, até certo ponto, a dos colegas que deram início à antropologia nas Faculdades de Filosofia. Acho que uma análise do material produzido por esses pioneiros, no folclore como noutros campos, seja útil para explicar porque se inclinaram por isso e por aquilo, onde trabalharam, a que lugares foram, porque alguns andaram muito pelo interior de seus Estados colhendo dados dessa natureza, elementos da cultura material, escrevendo sobre arqueologia, e como esses programas de ensino foram desenvolvidos na linha da preocupação de Castro Faria, que ajuda entender o que se está fazendo hoje. Todos sabemos que, a seguir, se impôs no ensino das ciências sociais no Brasil uma fase, aliás também contemporânea, ou até antecessora daquelas, uma fase muito particular à São Paulo, como mostrou Schaden a esse respeito. Aqueles primeiros professores me parece que trouxeram dois tipos de contribuição: primeiro o seu saber, sua formação sistemática noutros campos, embora não tivessem sido formadas para a antropologia; segundo, uma formação secundária e mesmo universitária com muito boa base de vernáculo e línguas, de filosofia, de física, de outras ciências que ajudavam a caminhar cientificamente no campo da antropologia. E segundo me parece, uma outra coisa muito importante é que adquiriram uma educação do trabalho científico, adotando o hábito do estudo e de uma certa obrigação de comunicar os seus achados, as suas reflexões, o seu trabalho e dedicar-se ao esforço naquela área em que foram responsabilizados a fazer alguma coisa. Alguns fazem isso por uma inclinação meramente instintiva, mas, em geral, se deixaram emular pelas próprias responsabilidades que assumiram.

Permitam-me ainda acrescentar, no que se refere a mim, que fui muito favorecido por uma outra circunstância: o professor Isaías Alves pediu aos professores da sua Faculdade que escrevessem os cursos que estavam dando. Ninguém escreveu, mas houve algumas pessoas, como Frederico Edelweiss, como José Valadares e alguns mais, que escreveram sobre temas da sua especialidade; então me julguei na obrigação de logo dar uma coisa que chamei de notas de antropologia social, para me qualificar, desde que não tinha feito concurso, como nenhum deles fez naquele começo. O Diégues, certamente, tem nesse particular uma história da mesma natureza, talvez até muito melhor do que a minha e também foi um dos estimulados por Anísio Teixeira porque o seu trabalho sobre áreas culturais do Brasil foi favorecido por estímulos idênticos. E um pouco de viagens e a ida a alguns congressos foram outros incentivos àqueles colegas: nos congressos se fazem encontros com colegas e com mestres, se conversa, se pergunta sobre o que se está fazendo, como é que se está fazendo isto ou aquilo, ouvem-se conferências e comunicações. Eu, por exemplo, para esse trabalhinho, me perdoem, que chamei de *Namoro à antiga*, vali-me de uma ocasião como essas. Tinha uma curiosidade por esse tema, mas não tivera ocasião de rabiscar qualquer coisa a respeito; eu tenho uma filha que se casou com um médico peruano que estudou na Bahia; vive no Peru e eu nunca tinha ido àquele país. Estava muito motivado para ir lá, mas como é que eu poderia ir? Imaginei levar uma comunicação ao 39º Congresso Internacional de Americanistas que ia realizar-se em Lima e escrevi "As regras do namoro" e a Wenner-Gren Foundation me deu uma bolsa de quinhentos dólares que bastou para pagar a passagem e me sustentar oito dias num hotel de Lima; os outros quarenta dias passei em Chiclayo na casa da filha e aí se me despertou o interesse, que eu estou tentando cultivar, do estudo dumas pequenas comunidades pesqueiras que há lá em torno, Santa Rosa e San José. Mas de volta, aquele trabalhinho foi publicado no Brasil pela revista *America Latina*; reelaborei e ampliei esse artigo, dando lugar à edição daquele título, que estou reescrevendo com literatura brasileira e estrangeira dos recentes anos.